



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 09.237/18

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Juru, concedendo Aposentadoria por Invalidez com proventos proporcionais ao Sr. *Ancelmo Nunes da Silva*, matrícula 1130, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época do ato, com 11 anos, 05 meses e 15 dias de tempo de serviço, e idade de 47 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo (Portaria nº 005/2018) e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC 09.237/18

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Ancelmo Nunes da Silva*

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Juru

Gestor Responsável: Moacir Pedro da Silva

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria por Invalidez com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 248/2019

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 09.237/18** referente à Aposentadoria por Invalidez com proventos proporcionais ao *Sr. Ancelmo Nunes da Silva*, matrícula 1130, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório (Portaria nº 005/2018) tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara**, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2019.

Assinado 18 de Fevereiro de 2019 às 15:31



**Cons. Marcos Antonio da Costa**  
PRESIDENTE

Assinado 15 de Fevereiro de 2019 às 12:39



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira  
Filho**  
RELATOR

Assinado 18 de Fevereiro de 2019 às 09:50



**Manoel Antonio dos Santos Neto**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO